

**Parecer nº 151/98**

Data: 1998.11.25

Processo nº 391-B

**Requerente:** Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes.

**I - Pedido**

Ecossistema, empresa identificada no processo, que actua em consórcio com uma outra empresa, denominada Agripo, na elaboração de um Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, em fase de projecto de execução, para a Hidrorumo, vem requerer que lhe seja fornecida informação sobre a situação de licenciamento e localização geográfica dos lagares de azeite na área de Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros, para levantamento de fontes poluidoras.

**II - Factos**

Requerem-se aqui dois tipos de informação distintos detidos pela Administração Pública: por um lado a informação da localização dos lagares de azeite das freguesias acima nomeadas; por outro a situação sobre o seu licenciamento, tendo esta informação como objectivo identificar fontes poluidoras existentes nessa zona em virtude da actividade de laboração dos referidos lagares.

**III - Direito**

Em relação à localização dos lagares de azeite, são informações detidas pela Administração Pública e como tal documentos administrativos de acordo com o artigo 4º, nº 1, alínea a), da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), que não contêm quaisquer dados pessoais nem informações cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, conforme previsão do nº 1 do artigo 10º da LADA, na redacção que lhe foi concedida pelo

artigo 1º da Lei nº 8/95, de 29 de Março, tal como tem sido entendido em anteriores pareceres da CADA (*vide*, entre outros o Parecer nº 45/97, de 10.04.97).

O outro pedido de informação - situação de licenciamento em que se encontram os lagares de azeite - é em si mesma também acessível enquanto documento administrativo, tanto pelo regime geral da LADA como pelo seu artigo 22º, que rege o acesso à informação ambiental e que remete para a directiva do Conselho 90/313/CEE, de 97.06.1990 (Jornal Oficial das CE de 23.06.90). Na verdade, estamos perante informação ambiental, uma vez que se trata de localizar focos de poluição, sendo, pois, enquadrável na definição do artigo 2º, alínea a), da referida directiva, que entende ser informação relativa ao ambiente qualquer informação relativa ao estado do ar, do solo, das águas, da flora, da fauna, dos terrenos e dos espaços naturais e às actividades que os afectem.

As limitações do acesso a esse direito aí impostas, são, entre outras, a confidencialidade comercial e industrial, isto é, documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas (artigo 3º, nº 2).

Quanto à informação a ser fornecida pela Administração, ter-se-ão de expurgar, no respeitante às situações de licenciamento, as informações constantes do processo relacionadas com os interesses acima referidos (artigo 3º, nº 2, da directiva referida).

No caso concreto levanta-se uma sub-hipótese, que é de este estudo estar a ser feito em virtude da existência de um contrato administrativo. Em tal caso, não será este o regime aplicável, uma vez que então já não se está meramente no âmbito do Princípio do Arquivo Aberto mas no de obrigações decorrentes de tal contrato. Todavia, dos elementos apresentados não se pode concluir se se está ou não perante um contrato administrativo, uma vez que se desconhece o conteúdo do contrato celebrado pela Hidrorumo, uma empresa do grupo EDP.

## **Conclusões**

Quer se esteja ou não no âmbito de um contrato administrativo, devem ser fornecidas as informações pedidas. Porém, se não houver contrato administrativo, deve o direito à informação cair no puro âmbito do direito geral de acesso, salvaguardando-se, se for caso disso, as informações que ponham em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, para o que devem estes dados ser apartados da informação fornecida.

Lisboa, 25 de Novembro de 1998.

*Narana Coissoró (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - João Figueiredo -  
- Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos -  
Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)*